LIDERAR O PROTAGONISMO DO AGRO

TEREZA CRISTINA

Ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Da Redação

A CONVERSA desta entrevista revela, em diversos aspectos, o consenso existente entre as exigentes lideranças do agro. Esse entendimento diz respeito à notável capacidade política e agregadora da ministra Tereza Cristina à frente da condução do MAPA. Em meio a essa pandemia de COVID-19 e às variantes do vírus, pode-se avaliar o ambiente salgado e de desmame para alocar e aplicar recursos nas políticas públicas. As respostas mostram por que a ministra faz parte de um seleto grupo de personalidades com visão estratégica e prática para sustentar o agronegócio nacional entre as maiores potências do mundo.

AGROANALYSIS: PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO E A EXPORTAÇÃO, NÃO É PRECISO MAIOR CAPITAL PARA ACOMPANHAR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO CRESCENTES DA AGRICULTURA?

TEREZA CRISTINA: O Plano Safra 2021/2022 traz as condições para manter o agro como o setor mais dinâmico da economia, apesar do contexto de fortes restrições fiscais. A pandemia de COVID-19 estabelece prioridades urgentes a serem atendidas pelas políticas públicas. Essa é a realidade das negociações difíceis entre o MAPA – sempre na busca de medidas para aumentar a produção de alimentos – e o Ministério da Economia (ME) – com a racionalização na distribuição de recursos para atender outras demandas.

Sabemos que as despesas da União com a equalização das taxas de juros do crédito rural são essenciais para apoiar os produtores rurais. Neste momento, procuramos assegurar volumes e condições de financiamento mais favoráveis para os pequenos e os médios produtores. Esses recursos equalizáveis constituem uma parcela importante do montante total de recursos crescentemente disponibilizados para o crédito rural, contribuindo, assim, para o aumento da produção e das exportações agropecuárias.

COMO OS RECURSOS OFICIAIS DO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2021/22 SÃO PRIORIZADOS?

TC: A orientação estratégica da política agrícola é bem transparente quando coloca como foco os pequenos e os médios produtores rurais. Assim, os recursos disponibilizados para o crédito rural são direcionados, principalmente e em condições mais favoráveis, para esses produtores, no âmbito dos Programas Nacionais de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), e para os



Guilherme Martimon/MAPA

programas prioritários de investimento, como o Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada e ao Cultivo Protegido (Proirriga), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC) e o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

Desta forma, reforçamos com força o compromisso do Governo com aqueles setores com necessidade de mais suporte para sobreviver e competir. Esse esforço dá-se no sentido de construir bases sólidas para que o Brasil continue na vanguarda e no topo da agricultura mundial nas próximas décadas. Além do Plano Safra, temos atuado para multiplicar os mecanismos de financiamento privado da agropecuária, como a Lei do Agro, que aperfeiçoou a Cédula de Produto Rural (CPR) e permitiu novas emissões de títulos, como o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

OS FUNDOS DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS (FIAGRO) CHEGAM EM BOA HORA?

TC: Não tenho a menor dúvida nessa questão. O setor agropecuário brasileiro vive, atualmente, uma das fases mais importantes de afirmação da sua história. Em 2020, mesmo diante dos obstáculos impostos pela pandemia, foi o único setor econômico do País a ter crescimento no Produto Interno Bruto (PIB). Neste ano, também demonstra um desempenho superior ao dos demais setores. Os preços dos produtos agropecuários seguem bastante valorizados e com boas perspectivas futuras, dadas as demandas nacional e internacional aquecidas.

Nesse sentido, o agronegócio desperta cada vez mais a atenção dos investidores do Brasil e do mundo. Os fundos de investimento constituídos sob a forma de Fiagro são uma importante via de entrada dos fundos de investimento externos no universo do agro. Isso se traduz em uma maior disponibilidade de capital para o setor, que segue ávido por recursos para financiamento da expansão e da modernização das suas atividades, além de representar mais uma oportunidade para que os investidores urbanos participem do crescimento do agronegócio.

> **“...O AGRONEGÓCIO DESPERTA CADA VEZ MAIS A ATENÇÃO DOS INVESTIDORES DO BRASIL E DO MUNDO.”**

O PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR) CONTINUARÁ COMO FOCO BÁSICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA?

TC: A política agrícola para o seguro rural foi priorizada nos dois primeiros anos da nossa gestão. O nosso desafio para a safra 2021/22 está em conseguir previsibilidade e mais recursos para o Programa. O Brasil dispõe de um enorme potencial para crescimento dessa importante ferramenta de mitigação de riscos. Vamos lutar para ampliar a área segurada com o apoio desse Programa. Mas as ações do MAPA nessa política não se restringem apenas à questão orçamentária. Também estamos simplificando as regras do PSR e aumentando o número de culturas com apoio.

O Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) terá a inclusão de novos estudos para doze culturas, além de mudanças estruturais na metodologia, com a inclusão de seis classes de armazenamento hídrico para os solos e de níveis de manejo, além de haver a implementação do Zoneamento Agrícola de Risco da Produtividade Climática (ZARCPro). O MAPA está direcionando os recursos exclusivos do programa para o Norte e o Nordeste e, em outro projeto-piloto, aos agricultores familiares para garantia com seguro no crédito do Pronaf.

QUAIS SÃO OS PASSOS PARA AGILIZAR A VERIFICAÇÃO DOS DADOS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR), DE ACORDO COM O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO?

TC: É importante enfatizar que a análise dos dados do CAR é uma atribuição que compete basicamente aos estados. Para ajudar nessa tarefa, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) desenvolveu, em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), uma plataforma especial para possibilitar uma maior rapidez e segurança jurídica à análise dos cadastros, a partir de critérios claros e objetivos. A Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (AnalisaCAR), lançada em maio, oferece uma opção oportuna para os estados, além de ser uma alternativa mais eficiente para a regularização ambiental do produtor rural.

Essa ferramenta trará ganho de eficiência, economia de recursos, otimização dos processos e celeridade. Já se passaram nove anos da aprovação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), também conhecida como o Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/12). Cabe, então, fazer a sua consolidação e implementação para avançarmos na regularização ambiental e nos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). O Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) atingiu a marca de 7 milhões de registros. Isso corresponde a cerca de 540 milhões de hectares de imóveis rurais, assentamentos de reforma agrária e territórios tradicionais de povos e comunidades tradicionais.

O PLANO ABC+ DITARÁ AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E PRODUTIVAS DO AGRO NOS PRÓXIMOS ANOS?

TC: O Plano ABC+ – segunda fase do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) – impulsiona as práticas que tornam a produção agropecuária tropical mais resiliente e de baixa emissão de carbono. Ele representa os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), o tratamento de dejetos animais e a fixação biológica de nitrogênio (FBN). Envolve florestas plantadas, a recuperação de pastagens degradadas e o sistema de plantio direto (SPD). É a vitrine para a comunicação e a percepção do mundo de um modelo sustentável, por ter um forte viés de ganhos produtivos, ambientais e sociais. As metas para o cenário estão em processo de definição.

Assim como foi na primeira fase, de 2010 a 2020, o Plano ABC+ precisa estar alinhado à Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Deve ser visto como um esforço setorial para adaptação da agricultura à mudança do clima e controle das reduções de emissões nacionais. Em termos de sustentabilidade, temos outras ações no MAPA, como o Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos), que investiga, consolida e integra dados para avançar o conhecimento das terras no Brasil. Já o Programa Nacional de Bioinsumos propõe estimular a pesquisa, a produção e o uso de produtos biológicos com adição de valor. Tudo isso integrado com as áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação, junto ao setor produtivo e ao mercado.

> **“...O PLANO ABC+ PRECISA ESTAR ALINHADO À POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC).”**

> **“O FUNCIONAMENTO DESSES MECANISMOS [HABILITADOS PELA NOVA LEI DO AGRO] DEPENDERÁ DAS LEIS E DOS REGULAMENTOS FORMULADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE COMPETÊNCIA...”**

AS NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NA 26ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA (COP-26/UNFCCC, NAS SIGLAS EM INGLÊS) SERÃO COM BASE NO PLANO ABC+?

TC: Como as negociações na COP-26 vão muito além do setor agropecuário, um plano setorial não pode ser a base das negociações de um país. No entanto, em especial nos dias atuais, será bem-vinda a política pública que estimula a disseminação de práticas para a adaptação do setor às mudanças climáticas. É o caso do balanço das emissões e do sequestro de gases do efeito estufa (GEE). O Brasil defenderá, na COP, que os cenários de aquecimento global são extremamente desfavoráveis ao setor agropecuário. Se estes permanecerem como estão, a segurança alimentar mundial estará comprometida.

Enfim, o Brasil encontra-se num crescente e contínuo movimento de promover a adaptação e a mitigação dos seus GEE no setor agropecuário. Nesse sentido, o Plano ABC+, fundamentado em resultados amparados pela Ciência, ajuda o País a se posicionar perante os demais países de forma bem clara e transparente. Uma das maiores respostas que temos a oferecer ao mundo consiste na possibilidade de produzir e, ao mesmo tempo, conservar o meio ambiente; daí a expressão de que somos ‘um gigante agroambiental’.

PARA TERMINAR, COMO SEGUEM AS ARTICULAÇÕES DO MAPA JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL (CN)?

TC: Existem temas prioritários sob análise entre os parlamentares. Os critérios para a regularização fundiária facilitarão a entrega de títulos de propriedade rural e garantirão acesso às políticas públicas para o agricultor. Certas atividades não precisarão de licenciamento ambiental. Na lista, temos a pecuária extensiva, o cultivo de espécies temporárias, as áreas de uso alternativo do solo, pesquisas agropecuárias e obras para melhoria de instalações, entre outras. Já as novas regras para pesticidas trarão uma maior competitividade para os agricultores, pois permitirão acessar produtos mais eficazes para combater pragas e doenças no campo.

O sistema nacional de crédito rural teve uma ampla reforma com a Medida Provisória (MP) nº 897, chamada de “MP do Agro”, de outubro de 2019, que se transformou na Lei nº 13.986, a nova “Lei do Agro”, em abril de 2020. Isso trouxe uma série de vantagens e oportunidades para atrair outras fontes de recursos do mercado de capitais para o agro. São inovações no financiamento, com emissão de títulos e criação de garantias. O funcionamento desses mecanismos dependerá das leis e dos regulamentos formulados pelas instituições de competência, como é o caso do CN. ■